

A intervenção do Estado no ensino comercial: o caso da Aula do Comércio, 1759 (I) (*)

Por Lúcia Lima Rodrigues, Russell Craig e Delfina Gomes

Em 1759, foi criada a Aula de Comércio como parte de uma ampla agenda de reformas educacionais que foram implementadas pelo Marquês de Pombal com o objetivo de melhorar o estado geral da educação em Portugal. Este artigo, cuja primeira parte é agora publicada, explora as mudanças ocorridas no ensino comercial no século XVIII e o papel que o Estado teve nessas alterações. Os autores tentam refutar a afirmação de que a Aula do Comércio portuguesa foi a primeira escola oficial a oferecer instrução formal em comércio, incluindo o ensino das partidas dobradas e da contabilidade.



Lúcia Lima Rodrigues
Doutorada em Ciências Empresariais
Professora associada com agregação na EEG da U. Minho
Presidente da Comissão de História da Contabilidade da OTOC



Russell Craig
Professor na Universidade de Canterbury, Nova Zelândia



Delfina Gomes
Doutorada em Ciências Empresariais
Professora auxiliar na EEG da U. Minho

Antes do século XVIII, a formação na área comercial (incluindo a contabilidade) era adquirida principalmente no local de trabalho e em cursos realizados em escolas privadas. No entanto, na Europa do século XVIII, o Estado começou a participar directamente no ensino do comércio, através da criação de escolas públicas de comércio. Este artigo explora as mudanças ocorridas em Portugal no ensino comercial no século XVIII e o papel que o Estado teve nestas mudanças. Os autores tentam refutar a afirmação de que a Aula do Comércio portuguesa, com sede em Lisboa, fundada em 1759, foi a primeira escola oficial a oferecer instrução formal em comércio, incluindo o ensino das partidas dobradas e da contabilidade, a nível europeu. Apesar de toda a pesquisa arquivística realizada e de toda a literatura recolhida os autores não foram capazes de desmentir tal afirmação. Os resultados apontam para a elevada probabilidade de a Aula do Comércio portuguesa ter sido a primeira escola estatal de negócios a ser criada na Europa.

Âmbito, objectivos e metodologia

Em Lisboa, em 1759, foi criada a Aula de Comércio pela Junta de Comércio. O principal motor de sua fundação foi Sebastião de Carvalho e Melo, o primeiro-ministro de Portugal na época [mais conhecido pelo título por ele adquirido em 1769 - Marquês de Pombal]. Em Londres, o Marquês de Pombal tinha ficado impressionado com as políticas mercantilistas que observou enquanto enviado especial do Rei D. João V na corte inglesa do Rei George II, durante o período 1738-1743. Durante esse período ficou claro para o Marquês de Pombal que para imitar o sucesso do mercantilismo britânico, para desenvolver o comércio e a actividade económica em Portugal, e para melhorar e expandir a classe dos mercadores, seria necessário criar a Aula de Comércio (Rodrigues & Craig, 2004).

A Aula de Comércio foi criada como parte de uma ampla agenda de reformas educacionais que foram implementadas na segunda metade do século XVIII pelo Marquês de Pombal com o objectivo de melhorar o estado geral da educação em Portugal. Foi também inspirada no espírito do Iluminismo da época que acreditava na razão humana como forma de combater a ignorância e a superstição e como forma de construir um mundo melhor, apoiado no mercantilismo e nos mercadores. O século XVIII foi também caracterizado pelo absolutismo, em que o Estado era todo-poderoso, e as práticas de governo eram inspiradas em princípios racionais. Normalmente, estas práticas eram acompanhadas por uma



reforma da educação e uma crescente profissionalização do governo e da administração (Black, 1990, p.378). Rodrigues *et al.* (2003, 2004) proporcionam uma descrição da forma como a Aula do Comércio funcionava, da estrutura curricular do curso, professores e da importância desta escola para o desenvolvimento da contabilidade em Portugal.

Este trabalho investiga uma afirmação notável que foi repetida em diversas ocasiões sobre a Aula de Comércio. A afirmação é que esta escola foi o primeiro estabelecimento de ensino oficial a ser criado no mundo especializado no ensino de disciplinas comerciais, incluindo a contabilidade por partidas dobradas. A afirmação é considerada como uma verdade aceite por muitas pessoas. Tem sido proferida em discursos sobre o ensino comercial em Portugal e sobre a legitimação da profissão contabilística, tanto em Portugal como fora de Portugal (por exemplo, em organismos externos, como a *Union Européenne des Experts Comptables, Économiques et Financiers* [UEC] (ver tabela 1). Neste artigo, levamos a cabo um exame rigoroso para avaliar melhor esta afirmação. A nossa análise visa ainda melhorar a compreensão sobre como o ensino comercial (onde se inclui o ensino da contabilidade por partidas dobradas) se espalhou por toda a Europa durante o século XVIII, e também proporcionar uma perspectiva crítica sobre os principais líderes e motivos que influenciaram a disseminação do ensino comercial na Europa mercantilista. As nossas investigações não se alargaram a países de fora da Europa. Por isso, temos de admitir que é concebível que uma escola do tipo da que estamos a analisar tenha existido fora da Europa, antes da criação da Aula de Comércio portuguesa, em 1759.

Neste artigo identificamos as circunstâncias que influenciaram o governo no sentido de financiar o ensino comercial e, particularmente, o ensino da contabilidade. Na secção seguinte analisamos o contexto social, económico e político que ajuda a explicar as razões para a criação da Aula de Comércio de Lisboa. De seguida, apresentamos a afirmação e as pessoas que a proferiram. Na secção seguinte consideramos a afirmação como uma hipótese que tentamos refutar. Não queremos “provar a verdade” da nossa hipótese, porque isso seria «logicamente impossível» (Sy & Tinker, 2005, p.51, com base em Popper, 1968).

Três protocolos foram usados para recolher provas que nos ajudam a tentar refutar a hipótese: investigação em arquivo; apelos aos peritos na matéria; e convites aos nossos pares e ao grande público (nomeadamente através de conferências, e-mail e Internet pela disponibilização de uma versão anterior do presente documento) para contestar os nossos resultados preliminares. Na última secção faz-se a discussão dos resultados e apresentam-se conclusões e recomendações.

Contexto envolvente e as razões para a criação de uma Aula do Comércio pública

A análise do contexto em que a escola foi criada foi feita de uma forma mais aprofundada por Rodrigues *et al.*, 2003, 2004 e Rodrigues e Craig, 2004, artigos que devem ser consultados para uma melhor compreensão deste tema. A afirmação que exploramos neste artigo é um exemplo histórico de como as circunstâncias económicas, sociais e políticas levam o governo a intervir e a financiar uma escola pública. O período mercantilista criou uma forte procura em Portugal de comerciantes e guarda-livros bem formados. O ensino privado era insuficiente, ao contrário de outros países europeus onde havia um nível significativo de ensino privado das matérias comerciais (ver Angiolini & Roche, 1995). Esta escassez foi agravada pelo afastamento de muitos judeus durante a Inquisição, 1531-1773 (Kayserling, 1971), e pela perseguição dos jesuítas por Pombal, que ofereciam grande parte da educação em Portugal antes de 1759. Outra característica de Portugal que pode ter influenciado a criação da escola foi a ausência, até 1758 ⁽¹⁾, de manuais sobre questões comerciais que servissem de guia aos comerciantes nos seus negócios. Este facto contrasta com a situação noutros países. Por exemplo, em França «durante o último terço do século XVII houve uma multiplicação de obras para utilização pelos comerciantes e, particularmente, alguns tratados sobre a maneira de escriturar os livros» (Lemarchand, 1998, p.512). Adicionalmente, no período de Colbert (1661-1683) «instruções sobre as formas correctas de manter as contas em ordem não eram apenas transmitidas por escrito. Também existiam mecanismos pedagógicos associados» (Miller, 1990, p.325) – incluindo professores particulares que davam aulas a alunos. ⁽²⁾

As influências de Pombal, do mercantilismo e do iluminismo, foram muito importantes na criação da Aula de Comércio. Entre Outubro de 1738 e Maio de 1743, Pombal foi o enviado de Portugal em Londres. Lá desenvolveu conhecimento teórico e prático sobre as questões comerciais e económicas, activamente demonstrado através dos diferentes escritos, cartas oficiais e tratados que de lá enviou (Rodrigues & Craig, 2004). Através dos seus escritos claramente se percebe o seu conhecimento dos fundamentos do mercantilismo e a sua consciência das deficiências que os comerciantes portugueses tinham das matérias comerciais e, sobretudo, a tomada de consciência das matérias que os comerciantes precisavam aprender para melhorar o seu desempenho. Em Londres, Pombal começou a perceber que, se Portugal queria criar grandes empresas comerciais monopolistas, de acordo com as ideias mercantilistas, precisava de desenvolver as competências dos seus comerciantes (Rodrigues & Craig, 2004, p. 343).

Tradicionalmente, os comerciantes adquiriam os conhecimentos que necessitavam praticando nas empresas da família. Esta formação «era fundada em dois imperativos educativos: em primeiro lugar, o conhecimento de línguas estrangeiras e de países estrangeiros e, em segundo, a necessidade de aprender escrituração contabilística, caligrafia e aritmética mercantil» (Redlich, 1957). No início do século XVIII, na «Era das Luzes», os pensadores e os escritores acreditavam que a razão humana podia ser utilizada para combater a ignorância, a superstição e para construir um mundo melhor, e «esta ideia acabou por levar a que se acreditasse que os vários temas de carácter mercantil que estão na base da formação em negócios» deveriam ser leccionados em academias numa estrutura formal (Redlich, 1957, p.38).

Os ideais do Iluminismo foram introduzidos em Portugal por uma elite que vivia no estrangeiro e foram aplicadas em grande parte porque Pombal, enquanto primeiro-ministro, acabou por colocar em prática esses ideais (Marques, 1984; Serrão, 1996). ⁽³⁾ Na era do Iluminismo, uma das principais medidas dos governos foi a reforma dos sistemas de ensino (Black, 1990, p. 378). As reformas no ensino implementadas por Pombal, especialmente no ensino técnico, foram consistentes com o espírito da época do Iluminismo (Rodrigues *et al.*, 2004). Pombal compreendeu que os comerciantes portugueses precisavam de desenvolver competências comerciais; que o co-

mércio estava subdesenvolvido e era controlado por estrangeiros (Ratton, 1920); e que a melhor maneira de melhorar os conhecimentos mercantis dos comerciantes era incluir várias matérias mercantis na sua formação numa academia comercial. Pombal percebeu que o Estado podia ter um papel importante patrocinando essa educação através da criação da Aula de Comércio em Lisboa, em 1759.

Nos seus primeiros anos de funcionamento, a Junta do Comércio e a Aula do Comércio foram determinantes na implementação do capitalismo de Estado, na criação de importantes empresas comerciais monopolistas e na reforma da contabilidade pública. O reforço do poder do Estado foi importante para melhorar as finanças públicas, o que foi possível através de um sistema mais eficiente na colecta de dinheiro público após a criação do Real Erário, em 1761, e a adopção das partidas dobradas na administração pública (Gomes *et al.*, 2008).

A criação desta Escola foi uma resposta às necessidades concretas do tempo. Os estatutos da Aula de Comércio enfatizavam que «(...) a falta de formalidade na distribuição, e ordem dos livros do mesmo Commercio, he huma das primeiras causas, e o mais evidente principio da decadencia, e ruína de muitos Negociantes (...)» Tal como aconteceu no período de Colbert, em França, a contabilidade foi «entendida como um conjunto de práticas e racionalidades [que] poderiam ajudar a tornar operável o programa de governo consagrado nos escritos mercantilistas» (Miller, 1990, p.332). O modelo centralizado do governo de Pombal levou à regulamentação das práticas contabilísticas e ao desenvolvimento da profissão contabilística. A Carta de Lei de 30 de Agosto de 1770 exigia que a administração pública recrutasse apenas diplomados da Aula de Comércio. Um importante comerciante da época, Ratton (1813, p.191), escreveu: «Foi tão util o estabelecimento da Aula do commercio, e aproveitou tanto à Nação, pellos alumnos que della ten sahido, que não só as Contadorias da Real Fazenda, tanto no Reino, como nas colonias, se tem servido delles, mas até os escritorios dos negociantes...». No entanto, no início do século XIX, quando as ideias mercantilistas perderam força e Portugal entrou no liberalismo após a Revolução Francesa (Rodrigues *et al.*, 2003), a Aula de Comércio começou a afundar-se. Em 1844, quando foi anexada à Secção Comercial do Liceu de Lisboa, o ensino do comércio começou a deteriorar-se e a escola acabou por ser fechada.

As afirmações de «pioneirismo» e os seus autores

A partir de diferentes fontes, principalmente portuguesas, compilamos numa tabela-resu-

mo as 22 afirmações feitas entre 1761 e 1989, sobre o pioneirismo da Aula de Comércio. Apresentamos as afirmações, quem as fez e onde e quando foram feitas, na tabela 1 que se segue.

Tabela 1
As afirmações e os seus autores

Ano	Autor	Estatuto	Local da publicação	Afirmação
1761 /1765	Alberto Jacquéri de SALES	Segundo lente da Aula do Comércio	Item <i>Aula do Comércio</i> , no seu "Diccionario de Commercio", pp. 214-5.	«[A nação Portuguesa] (...) fosse também a primeira em que se instituísssem Aullas publicas, para nelas se ensinar a sciencia Elementar do Commercio (...)»
1775	Marquis of POMBAL	Chefe do Governo de Portugal, 1755–77	«Observações secretíssimas do Marquês de Pombal, [...] 1775, e entregues por ele mesmo oito dias depois ao senhor rei D. José I», 1775, pp. 249-50.	«(...) incentivo da sua emulação; porque depois de terem visto que em nenhuma corte da Europa se ensinou até agora o mesmo comércio por princípio, em uma escola política e magnífica de que saem trezentos negociantes peritos e hábeis no fim de cada triénio (...)»
1879	Rodrigo Affonso PEQUITO	Professor, Instituto Comercial e Industrial de Lisboa e membro da Sociedade de Geografia de Lisboa	Proposta de um plano para estudos superiores e politécnicos em comércio para ser utilizado em escolas europeias, "Do Ensino Comercial", p. 7.	Permite à Sociedade de Geografia de Lisboa afirmar, com justo orgulho, que Portugal foi a primeira nação a implementar o ensino profissional do comércio. (*)
1900	Francisco Felisberto Dias COSTA	Professor, Instituto Industrial e Comercial de Lisboa	Livro, <i>Instruction publique en Portugal – Institut Industriel et Commercial de Lisbonne</i> , p. 21.	«Portugal est une des premières nations, sinon la première nation, où a été établi l'enseignement officiel du commerce.»
1914	Rodrigo Affonso PEQUITO	Professor decano, Instituto Superior de Commercio	Discurso, <i>A Instrução Commercial Superior</i> , publicado em 1914, p. 5.	«Se podemos afirmar que Portugal foi o primeiro paiz que estabeleceu oficialmente o ensino commercial, é isso devido á <i>Junta do Commercio de Lisboa</i> que no século XVIII, em 12 de Dezembro de 1756, propôz a organização da <i>Aula do Commercio</i> .»
1918	Governo de Portugal		Decreto 5 029, resumindo a história do ensino técnico em Portugal	«O ensino profissional mereceu ao grande Marquês os cuidados de maior desvelo, e foi graças a este ensino que novas indústrias se criaram, surgindo vigorosas e desenvolvendo-se com notável incremento. O primeiro país onde se organizou o ensino do comércio foi Portugal e ao Marquês pertence a honra dessa criação.»

Ano	Autor	Estatuto	Local da publicação	Afirmação
1923	Sílvia Pélico, FILHO	Professor, Escola Primária de Coimbra	<i>História da Instrução Popular em Portugal</i> , p. 132.	A Aula do Comércio organizada pelo magnífico Marquês constituiu uma glória para a nossa Nação. O nosso país antecedeu todos os outros países na organização científica do ensino comercial. *
1930	Francisco António CORRÊA	Professor do Instituto Superior de Comércio de Lisboa; membro da Academia Portuguesa de Ciência	“Reinado de D. José”, in <i>História Económica de Portugal</i> , Lisbon, p. 113.	«A Aula do Comércio foi, sem dúvida, uma das mais fecundas criações da Junta e a primeira escola técnica de comércio, que se estabeleceu na Europa.»
1934	Caetano Maria Beirão DA VEIGA	Professor, Universidade Técnica, Lisboa	Artigo sobre ensino técnico apresentado numa conferência da iniciativa da Associação Industrial Portuguesa, p. 16.	«Como português, é-me sobremaneira grato registar que Portugal, não esperando o exemplo de outras nações, foi, segundo deduzo de tudo que tenho lido, o primeiro País, mesmo de antes de nos outros se ter abordado o problema, a instalar, embora acanhadamente, o ensino profissional [do comércio] com características bem vincadas de utilidade pública.»
1935	J.C HOLZAPPEL	Antigo Director de uma Escola Comercial em Amsterdão.	Revisão de um artigo publicado no Boletim-Revista n.º 7, em Julho 1935 na Holanda, por um autor anónimo na <i>Revista de Contabilidade e Comércio</i> , Jan.-Mar., 1936, pp. 95-6.	«(...)na Holanda, publica o sr. J. C. Holtzappel, de Amsterdam, antigo director duma escola comercial, naquele País, um interessante artigo... a que não podemos deixar de fazer referência nas colunas desta Revista, pelo que êle tem de lisongeiro para nós e pela justiça que nos é feita, por ter sido Portugal o primeiro País em que o ensino comercial foi considerado um ramo do ensino técnico. [...] «Aula de Comércio», a primeira escola oficial de instrução comercial, tendo sido assim o nosso País o primeiro a instituir o ensino comercial como um ramo especial e distinto de ensino.»
1942	João Alberto Pereira de AZEVEDO NEVES	Reitor, Universidade Técnica, Lisboa.	“Discurso de abertura do novo ano lectivo da Universidade Técnica, em 16 de Novembro de 1942” in <i>Discursos pronunciados na sessão inaugural do ano lectivo de 1942-1943</i> , Lisbon 1943, pp. 11-2.	«Portugal foi o primeiro país onde o ensino commercial foi estabelecido (...). A ‘Aula do Comércio’ foi estabelecida em 19 de Maio de 1759 e recebeu honras do Rei e do Primeiro-ministro.» «O nosso país foi o primeiro a estabelecer o ensino commercial e, no século XIX foi um dos primeiros países a organizar o ensino commercial politécnico.» *

Ano	Autor	Estatuto	Local da publicação	Afirmação
1943	Armando Marques GUEDES	Professor, Universidade Técnica de Lisboa	Oração "De Sapientia" - "O Ensino Técnico Superior e a Universidade", Separata do volume <i>Discursos pronunciados na sessão inaugural do ano lectivo de 1942-1943</i> , Lisboa 1943, pp. 14, 28.	«Antecipando-se ao seu tempo, entrou-se mesmo no campo do ensino técnico, fundando-se em 19 de Maio de 1759, em Lisboa, uma Aula do Comércio, com privilégios largos para os seus diplomados. [...] Não se pode dizer que nos atrasássemos muito em material de organização de ensino profissional e técnico. Talvez mesmo pudéssemos afirmar que madrugámos, criando em 1759 a primeira Aula de Comércio, com os estudos de aritmética, dos pesos e medidas das principais praças comerciais, dos câmbios, dos seguros e da escrituração comercial.»
1947 Fernandes Prito Deputy An intervention in National Parliament "In almost all the country of Europe, the organization of technical teaching appeared in the second half of nineteen century while in Portugal already in May 1759 the Statutes of School of Commerce were established. This gives us the glory of Portugal has been the.	Fernandes PRIETO	Deputado, Parlamento Português	Discurso, Parlamento Português (Diário das Sessões n.º 79, 25 Janeiro 1947, p. 0384).	«Em quase todos os países da Europa, a organização do ensino comercial apareceu na segunda metade do século XIX, enquanto em Portugal, em Maio de 1759, os Estatutos da Aula do Comércio já haviam sido criados. Isto dá-nos o privilégio de Portugal ter sido o primeiro país a organizar o ensino técnico, pelo menos no comércio.»
1953	Sociedade Portuguesa de Contabilidade (SPC)	Membro da Union Européenne des Experts Comptables, Économiques et Financiers (UEC)	Relatório apresentado pela SPC ao 1.º Congresso da UEC, como Presidente da Comissão de Estudos Históricos sobre a evolução do ensino da contabilidade em Portugal, pp.160-61.	«Só em 1755, com a criação da Junta do Comércio, e mais tarde com a Aula do Comércio (1759), se deu forma oficial ao ensino da Contabilidade, podendo Portugal orgulhar-se de ter sido o primeiro país onde o ensino técnico da Contabilidade se tornou oficial. ... foi este o primeiro país [Portugal] da Europa onde se criou oficialmente uma escola de comércio e contabilidade.»
1957	Fritz REDLICH	Universidade de Harvard	Artigo: "Academic Education for Business", <i>The Business History Review</i> , 31, (1), p. 41.	«Enquanto os economistas alemães e os ingleses apenas planeavam e faziam sugestões, o estadista português Pombal era de tal forma poderoso que passou à acção. Ele estabeleceu na Aula do Comércio em Lisboa a primeiríssima escola de comércio.»

Ano	Autor	Estatuto	Local da publicação	Afirmação
1959/ 1960	Aureliano FELISMINO	Director-Geral da Contabilidade Pública	Palestra proferida na sessão solene de 3 de Junho de 1959 "No duplo Centenário da Aula do Comércio". Lisboa, 1960, pp. 5-6.	«[A Aula do Comércio]... é sem dúvida a primeira semente lançada e germinada no terreno do ensino oficial do comércio de todo o mundo» (p. 5). «(...) a Sociedade Portuguesa de Contabilidade... vem comemorar uma data notável, um facto histórico, que nos tornou precursores no ramo do ensino comercial, pois, nos outros países, este ensino só mais tarde se iniciou, se desenvolveu e floresceu» (p. 6).
1955	Júlio GONÇALVES	Membro da SPC, Presidente da Comissão de estudos Teóricos e Históricos da UEC	Resumo sobre o II Congresso da UEC, publicado no <i>Boletim da Sociedade Portuguesa de Contabilidade</i> , p.87.	«[O Relatório] refere-se à criação da «Aula do Comércio» - a primeira escola oficial de ensino de Contabilidade do mundo.» [O autor refere-se ao relatório apresentado pela SPC no 1.º Congresso da UEC em 1953]
1959/ 1960	Júlio GONÇALVES	<i>Instituto Superior Comercial de Lisboa</i>	Discurso, 19 de Maio de 1959, "No duplo Centenário da Aula do Comércio". Lisboa, 1960.	«E quando o Rei D. José [...] assinou a carta de lei que estabeleceu a Aula do Comércio, ele realizou um acto histórico da maior importância internacional: ele criou a primeira escola oficial de comércio e contabilidade em todo o mundo» (*)
1961	Mario C. AZEVEDO	Professor, Universidade de Lisboa	Conferência, "A Aula do Comércio, Primeiro Estabelecimento de Ensino Técnico Profissional Oficialmente Criado no Mundo". Escola Comercial Ferreira Borges, Lisboa, p. 6.	« (...) no nosso país nasceu, há precisamente duzentos anos, a primeira escola de comércio. E não foi só a primeira escola de comércio porque foi também a primeira escola técnica. E mais: além de ser a primeira que surgiu entre nós, foi tanto quanto se sabe, o primeiro estabelecimento de ensino técnico-profissional oficialmente criado no mundo.»
1964	Martins da CRUZ	Deputado, Parlamento Nacional	Discurso, Parlamento Nacional de Portugal (Diário das Sessões n.º 123, 30 Jan., p. 3 058), debate sobre a reforma no sector da educação.	«No início do segunda metade do século XVIII, Portugal assumiu o papel de precursor, adiantando-se a outras nações, cujos planos de educação não eram familiares com aquele tipo de ensino. Mas o espírito de inovação que nos colocou à frente de outras nações rapidamente desapareceu.» (*)
1981	Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira		Vol. II, "Aula", pp. 716-17	«A Aula do Comércio é uma autêntica glória portuguesa, porque precedeu, em todos os países, a organização do Ensino Técnico.»

Ano	Autor	Estatuto	Local da publicação	Afirmação
1989	Francisco SANTANA	Membro da Academia Portuguesa de História	Artigo na <i>Revista Municipal</i> , p.27	«Por diversas vezes se tem afirmado a prioridade da criação da Aula do Comércio de Lisboa. E parece que com alguma razão. Os dados que foi possível recolher e que acima ficam indicados permitem, de facto, asseverar que a escola pombalina foi, no séc. XVIII, das primeiras a ser criada, foi, de entre estas, das poucas onde se estabeleceu um ensino que, expressa e exclusivamente, visava a preparação para profissões comerciais e terá sido, realmente, a primeira que pode considerar-se estabelecimento de ensino oficial.»

* Adaptado da versão em inglês.

As afirmações apresentadas na tabela 1 são fortemente coerentes com o ponto de vista de que Portugal foi o primeiro país na Europa (se não em todo o mundo) em que o governo financiou o ensino do comércio, através da criação de uma escola técnica comercial. Embora três dos autores das afirmações (Pombal, 1775; Prieto 1947, 1953 e SPA) reclamem o pioneirismo a nível europeu, os restantes concordam ao afirmar que Portugal foi pioneiro a nível mundial.

Existem pelo menos duas características distintivas da afirmação. Em primeiro lugar, trata-se de ensino «oficial», no sentido de ensino financiado pelo Estado; em segundo lugar, trata-se de uma escola especializada no ensino do comércio. Nesse ensino, consideramos a matemática, os seguros, moedas estrangeiras, pesos e medidas, contabilidade por partidas dobradas, e mais tangencialmente temas como a geografia, as línguas e a navegação. Os autores das afirmações são predominantemente portugueses influentes e instruídos. Incluem-se vários professores universitários, dois deputados do Parlamento, representantes de organismos profissionais de contabilidade, um líder burocrata, e uma autoridade internacional proeminente na história do ensino comercial.

Das 22 declarações descritas na tabela 1, uma característica notável é que 20 delas foram feitas após 1879. Não sabemos qual a razão para tal ter acontecido. No entanto, um factor crítico parece ter sido o facto

de sucessivos governos (desde meados do século XIX até às primeiras décadas do século XX) se mostrarem preocupados com o fraco nível do ensino técnico em Portugal (nomeadamente do comércio). Com efeito, a anexação do ensino do comércio à Secção Comercial do Liceu de Lisboa em 1844, provocou a sua deterioração, como se pode constatar através de Campos (1859, p.4), que relata que era preocupante que os mercadores de Lisboa não estivessem preocupados com os assuntos comerciais e não promovessem a criação de uma escola que dignificasse e satisfizesse as necessidades dos estudantes que quisessem prosseguir uma carreira comercial.

Outra prova dessa preocupação é um questionário que foi enviado em 1851 pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros a 67 consulados portugueses em todo o mundo ⁽⁴⁾ (Collecção das Informações Estatístico-Comerciais dos Agentes Consulares de Portugal nos diversos Portos do Mundo, Lisboa, 1851). O questionário pretendia obter respostas sobre uma grande variedade de assuntos. ⁽⁵⁾ Na questão 16 era pedido aos cônsules que transmitissem informação sobre escolas que ensinassem comércio, incluindo os pormenores dos respectivos estatutos. Apenas dois vice-cônsules responderam que tinham conhecimento do ensino de comércio nas suas áreas de responsabilidade. O vice-cônsul em Dundee indicou a existência de uma escola do comércio e de ensino de línguas estrangeiras, mas não forneceu outros detalhes. O vice-cônsul de Guernsey, Jean Man-

sell ⁽⁶⁾ respondeu que a Rainha Isabel I tinha criado uma escola para «educação classica commercial»: «Ha em Guernesey um excellent collegio, fundado pela rainha Isabel, para educação classica commercial. – Foi reformado, haverá vinte annos, e tem feito progressos. – Acha-se bem dirigido, e com grande satisfação dos pais dos alumnos. O gasto de cada um d'estes, comprehendendo mesa e instrucção, anda por umas 60 libras ao anno.»

Os vice-cônsules nada disseram sobre os estatutos. Assim, usando este inquérito, concluímos que dos 67 só dois consulados dizem existir uma Escola de Comércio.

Os autores das afirmações presentes na tabela 1 incluem tanto o fundador da escola (o Marquês do Pombal) e talvez o seu mais importante professor (Albert Jacquéri de Sales). Ambos afirmam que a Aula de Comércio foi a primeira escola pública de ensino especializado em comércio. A maioria das afirmações foi feita depois de 1879, no contexto dos esforços para reformar o ensino técnico. Costa (1900) aborda as reformas de 1844 e 1866, entre outras, e é no contexto da descrição das reformas que faz a afirmação do pioneirismo da Aula do Comércio. As afirmações de cinco académicos (Pequito, em 1914, Pélico, em 1923, Veiga, em 1934, Neves, em 1942, e Guedes em 1943) foram feitas quando os autores estavam a debater a evolução do ensino do comércio em Portugal. Por exemplo, a afirmação de Pequito (1879) foi feita, quando, como membro da Sociedade de Geografia de Lisboa, foi convidado a apresentar um plano de desenvolvimento do ensino comercial ao Congresso Internacional de Geografia Comercial, em Bruxelas, em 1879. ⁽⁷⁾

Os dois deputados do Parlamento Nacional (Prieto, em 1947, e Cruz, em 1964) proferiram a afirmação de pioneirismo quando foram debatidas propostas de reformas na educação. Também a Sociedade Portuguesa de Contabilidade (SPC) proferiu a afirmação de pioneirismo num relatório a um Congresso da *Union Européenne des Experts Comptables, Economiques et Financiers* (UEC), em que discutiu a evolução do ensino da contabilidade em Portugal. Daqui se pode concluir que a afirmação do pioneirismo proliferou nos momentos em que Portugal se encontrava em pleno processo de reforma do seu ensino profissional e técnico.

Várias afirmações foram também feitas em torno de 1959 momento em que se celebrou o segundo século da fundação da Aula de Comércio (Felismino, 1960; Gonçalves, 1960; e Azevedo, 1961). Por exemplo, em 1960, Felismino diz que a SPC não pode deixar de celebrar orgulhosamente o duplo centenário da Aula do Comércio porque «(...) é sem dúvida a

primeira semente lançada e germinada no terreno do ensino oficial do comércio de todo o mundo» (Felismino, 1960, p.5, itálico aplicado). A declaração de Felismino fez-se num contexto em que a SPC defendia a necessidade de se reformar o ensino técnico de contabilidade e a profissão contabilística (Rodrigues *et al.*, 2003). A SPC, através de Felismino, usava desta forma a história da contabilidade como um símbolo de *status*, alegando a legitimidade e a credibilidade de Portugal e da sua profissão contabilística. Esta relação entre a história da contabilidade, a legitimidade dos profissionais da contabilidade e o nacionalismo é coerente com outros estudos como o elaborado por Zan (1994), e por Carnegie e Napier (1996).

As afirmações dos cinco académicos aparecem no contexto das suas actividades de investigação. Por exemplo, Correa (1930) escreve essa afirmação no seu livro de história económica portuguesa, Redlich (1957) num artigo sobre o ensino da gestão, publicado na revista *The Business History Review*, e Santana (1989) nos seus diferentes artigos sobre a Aula do Comércio. A afirmação de Holzappel parece resultar do seu conhecimento da área, dado que era supostamente um ex-director de uma escola de comércio (Anon, 1936, p.95). Por último, a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira indica claramente que a Aula de Comércio «(...) é uma autêntica glória portuguesa, porque precedeu, em todos os países, a organização do Ensino Técnico» (p. 716). Como se conclui, os autores das afirmações são diversos e fortemente credenciados.

Testando a afirmação do «pioneirismo»

Consideramos que a afirmação do «pioneirismo» da Aula de Comércio é uma hipótese testável, que se expressa da seguinte forma:

«A Aula de Comércio, com sede em Lisboa, fundada em 1759, foi o primeiro estabelecimento de ensino oficial a oferecer de forma especializada instrução formal de comércio, incluindo contabilidade.»

Onde «ensino oficial», significa ensino público financiado pelo governo;

«de forma especializada» significa «uma escola em que mais de 75 por cento dos currículos era dedicada ao comércio», e «comércio» inclui as seguintes matérias necessárias na gestão dos negócios: matemática; câmbios, seguros, pesos e medidas; e contabilidade.

Não procuramos provar a veracidade desta hipótese. Pelo contrário, a nossa intenção é tentar refutá-la. Para fazer isso, recorreremos à pesquisa em arquivo, bibliográfica e inquéritos formais a proeminentes estudiosos com conhecimento so-



bre a história da educação da contabilidade na Europa. A seguir apresentamos os resultados das nossas pesquisas.

Pesquisas em arquivo – As nossas pesquisas em arquivo sobre as primeiras escolas de comércio foram conduzidas principalmente no *Public Record Office*, em Londres, na Biblioteca Nacional e nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (ANTT), em Lisboa, na Biblioteca Nacional da Austrália em Camberra e na Biblioteca Priaulx, em Guernsey. Também foi usado o sistema de empréstimo inter-biblioteca e foram contactados os arquivistas de várias escolas.

Revisão da literatura – Realizamos uma extensa e minuciosa revisão de literatura tendo encontrado vários textos escritos por autores portugueses (reflectidos na tabela 1), que abordam a evolução do ensino comercial em Portugal a partir do início do século XIX até aos nossos dias. Esta revisão foi uma valiosa fonte de informação sobre a importância que a Aula de Comércio assumiu na história do ensino técnico em Portugal. Também efectuamos a revisão de uma grande quantidade de literatura sobre a história da contabilidade e do ensino técnico na Europa e no Reino Unido. Isso ajudou-nos a verificar a existência de eventuais instituições similares que pudessem ser consideradas anteriores à Aula de Comércio.

Envio de e-mails – Obtivemos também, por e-mail, comentários sobre a veracidade da afirmação de vários académicos e historiadores que são reconhecidos pelos seus conhecimentos sobre o desenvolvimento da educação comercial na Europa. ⁽⁸⁾ Esses comentários foram fornecidos em resposta à seguinte solicitação: «(...) Estamos a tentar encontrar provas que nos permitam afirmar se uma afirmação feita por diversos autores em diferentes períodos de tempo é verdadeira ou falsa. Esta afirmação é a de que a Aula de Comércio portuguesa, com sede em Lisboa, fundada em 1759, foi o primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no mundo especializado no ensino técnico de contabilidade. Pode dizer-nos se terá havido uma escola semelhante patrocinada pelo governo no seu país, e, em caso afirmativo, quando começou a sua actividade? Seria também uma grande ajuda se nos pudesse direccionar para alguma literatura sobre os alicerces do ensino oficial da contabilidade no seu país.»

Os resultados das nossas pesquisas e investigações serão publicados no próximo número da Revista «TOC». ■

(Texto recebido pela OTOC em Dezembro de 2009)

(*) Este artigo foi publicado originalmente com o título «State intervention in commercial education: The case of the Portuguese School of Commerce, 1759», na revista *Accounting History*, 2007, Vol. 12 (1), pp. 55-85 por Lúcia Lima Rodrigues, Delfina Gomes e Russell Craig. Esta versão resumida em português está a ser publicada aqui com a autorização da Sage Publications, editora da revista (reproduced by permission of SAGE Publications Ltd., London, Los Angeles, New Delhi, Singapore and Washington DC, from Lúcia Lima Rodrigues, Russell Craig and Delfina Gomes, «State intervention in commercial education: The case of the Portuguese School of Commerce, 1759», *Accounting History*, Copyright (©Sage Publications, 2007)). Os leitores portugueses que desejem subscrever a revista *Accounting History* poderão contactar por e-mail a Sage Publications através do seguinte endereço: subscription@sagepub.co.uk; ou fazer a subscrição online através do site: www.sagepub.co.uk.

(1) O primeiro livro português de contabilidade por partidas dobradas é o *Mercador Exacto nos seus Livros de Contas*, de João Baptista Bonavie. Foi publicado em 1758 e a este seguiu-se um outro livro de autor anónimo publicado em 1764. Aparentemente estes livros foram inspirados no livro de Barrême, *Traité des parties doubles*, publicado em 1721 (Yamey, 1969).

(2) Barrême era um desses professores e há informação de que ele pode ter adiado a publicação do seu importante trabalho *Traité des parties doubles* porque estava preocupado em «não prejudicar o lucro que obtinha com o ensino que realizava» (Stevelinck, 1977, citado por Miller, 1990, p.326).

(3) Pombal fazia parte desta elite. Ele foi também o Embaixador de Portugal em Viena, no período 1745 a 1749.

(4) Londres, Dundee, Leith, Brixham, Cowes, Deal, Dover, Exeter, Falmouth, Folkstone, Hartlepool, Harwich, Hull, Newcastle, Plymouth, Poole, Portsmouth, Ramsgate, North Shields, Southampton, Stockton, Weymouth, Liverpool, Guernsey, Cork [Cork], Bristol, Dublin, Yarmouth, Belfast, Limerick, Waterford, Malta, Gibraltar, Ayamonte, Málaga, Barcelona, Aguilá, Mahon, Tarragona, Havre, Almeria, Dieppe, Boulogne, Brest, Dunkerque, Cherbourg, Bayona, Marselha, Toulon, Lorient, Argel, Amsterdam, Bélgica, Copenhagen, Elseineur, Nápoles, Tanger, Grécia, Constantinopla, Ceilão, Sunderland, Buenos Aires, Ceará, Singapura, Sevilha, Génova e Niza.

(5) Existiam 16 questões sobre actividades económicas, tais como produtos importados e exportados; taxas portuárias pagas por navios Portugueses; divisas utilizadas; legislação sobre seguros, letras de câmbio e bancarrota; meios de transportes utilizados que facilitassem o comércio; fábricas e sua situação financeira; máquinas utilizadas em fábricas; situação da agricultura, entre outros aspectos.

(6) A sua identidade foi estabelecida através do *Almanach Journalier*, a *L'Usage de l'Ile de Guernsey*, et des *Iles Voisines*, pour l'année de notre seigneur 1850, étant la deuxième après bissextile, amavelmente facultado pela Livraria Priaulx, em Guernsey.

(7) Neste trabalho, Pequeto apresenta o estado do ensino comercial em vários países europeus.

(8) Os autores agradecem a colaboração e as respostas obtidas dos seguintes investigadores: Stefano Zambon (Italia), Keith Hoskin (Reino Unido), C. Cantzos (Grécia), Yannick Lemarchand (França), Dieter Schneider (Alemanha), A.J. van der Helm e Johanna Postma (Holanda), e Arne Kinserdal (Noruega). Qualquer erro ou imprecisão na análise não devem ser atribuídos aos investigadores que gentilmente colaboraram, mas aos autores deste artigo.